## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Requerimento de Audiência Pública Nº, de 2025

(Do Sr. DAVID SOARES)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a criação da Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais com o PL n° 1.680/2025.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa, com base no art. 58, § 2°, II da Constituição Federal e dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de 2 audiências públicas para debater os desafios e oportunidades dos data centers e a instituição de uma Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais, no âmbito do PL 1680/2025, de autoria do Dep. Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA, Líder do União Brasil na Câmara.

Lista de convidados por audiência:

## 1º Audiência Pública:

- Representante da Casa Civil
- Representante do Ministério das Comunicações
- Representante da Associação Brasileira de Datacenters ABDC;
- Representante do Google Cloud;
- Dr. Jorge Arbache, Prof. de Economia da Universidade de Brasília.
- Representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações - ABRINT.
- Associação Brasileira de Empresas de Software ABES

## 2º Audiência Pública:

- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC;
- Representante do Ministério da Fazenda;





- Representante do Ministério de Minas e Energia MME;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima MMA;
- Representante da Scala Data Centers;
- Representante da DataPrivacy Brasil;
- Representante do Comitê Gestor de Internet no Brasil CGI





## **JUSTIFICAÇÃO**

Propõe-se a realização de uma audiência pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia para debater o PL n° 1.680/2025 e o papel crucial dos data centers no desenvolvimento da economia digital no Brasil. Como se sabe, essas infraestruturas são a espinha dorsal do mundo digital, essenciais para internet, telecomunicações, energia e para o funcionamento de governos, bancos e grandes empresas, viabilizando desde o armazenamento de conteúdo online até o desenvolvimento de modelos de IA e a intermediação de criptomoedas. O tema também é relevante do ponto de vista geopolítico, uma vez que a corrida global pela infraestrutura de IA é intensa e que a dependência de serviços online brasileiros armazenados no exterior traz riscos de interrupção e fragiliza a soberania nacional.

O Brasil possui um potencial significativo para se tornar um hub global de data centers. Somos o principal mercado na América Latina, com satisfatório cabeamento submarino para conexão internacional e uma legislação específica para proteção de dados (LGPD). Além disso, nos destacamos pela abundância de energia limpa (hidrelétrica, solar e eólica) e pela ausência de eventos climáticos extremos, fatores que aumentam a segurança operacional dessas instalações. O governo federal reconhece esse potencial, vislumbrando investimentos de R\$ 2 trilhões em 10 anos e defendendo o Brasil como um "hub exportador" de serviços de data centers para a América do Sul – uma forma inteligente de exportar energia excedente com valor agregado, impulsionada pela demanda crescente da IA.

No entanto, o caminho para consolidar o Brasil como um polo global de data centers não está livre de desafios e riscos. Estudos do MDIC e da ABDI apontam lacunas críticas na infraestrutura de TI e na capacitação de mão de obra, além da alta carga tributária, especialmente sobre a importação de equipamentos e a energia elétrica. Ainda, cabe ressaltar que os data centers para IA, que utilizam placas de processamento gráfico (GPUs), demandam cerca de 11 vezes mais





energia e geram mais calor que os equipamentos tradicionais, exigindo sistemas de refrigeração especiais. Isso impõe um desafio hídrico e energético, que exige debate sobre a capacidade do setor elétrico e a adoção de soluções eficientes, como sistemas fechados de circulação de fluido, para minimização dos impactos ambientais. A regulamentação visa trazer segurança jurídica e regras específicas para o setor para o fortalecimento da produção nacional dessas tecnologias.

Diante desses desafios – tecnológicos, energéticos, fiscais, regulatórios, de desenvolvimento de mão de obra e preservação ambiental –, faz-se necessário um debate interdisciplinar. A presente solicitação de audiência pública visa reunir representantes governamentais, da sociedade civil, do setor empresarial e da academia para discutir a temática sob uma perspectiva multissetorial. Considerando o potencial econômico e estratégico do setor, os complexos desafios a serem enfrentados e a relevância da discussão no contexto de rápida evolução da IA e da competição global, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de junho de 2025.

Deputado Federal DAVID SOARES

(UNIÃO – SP)



